



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI nº de 2022.

(Deputado Rogério Correia e outros)

Requer a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e dos arts. 35, 36 e 37, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a intermediação de verbas orçamentárias, com pagamento de suborno, em benefício de municípios escolhidos ilegalmente no Ministério da Educação – MEC.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e dos arts. 35, 36 e 37, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a intermediação de verbas orçamentárias, com pagamento de suborno, em benefício de municípios escolhidos ilegalmente no Ministério da Educação – MEC.

JUSTIFICAÇÃO

Os meios de comunicação, em particular pelo Jornal O Estado de São Paulo, conforme matéria publicada na edição de 18 de março de 2022, com o título "Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação", têm veiculado notícias que informam a existência de um sistema organizado e ilegal de intermediação de projetos e propostas em benefício de municípios junto ao Ministério da Educação, mais precisamente com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, levada a efeito originariamente pelos pastores Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade, com a participação do ministro da Educação Milton Ribeiro.



* C D 2 2 6 9 3 3 0 1 7 1 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A intermediação teria participação direta do Presidente Jair Messias Bolsonaro, conforme admite o próprio Ministro da Educação, que não só confirma o esquema ilegal, mas atribui a existência do mesmo a um pedido direto e especial do Presidente, conforme noticiou o jornal Folha de São Paulo na edição do dia 21 de março do corrente ano com o título "Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro". No áudio o Ministro confessa as ilegalidades e a intenção ao afirmar: "...Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar".

O Ministro vai adiante e admite que a contrapartida à liberação das emendas se estendia às próprias igrejas dos pastores ao afirmar que "...Então o apoio que a gente pede não é segredo, isso pode ser [inaudível] é apoio sobre construção das igrejas".

A confissão do Ministro deixa claro que não considera os critérios técnicos para a alocação dos recursos públicos, além de explicitamente beneficiar financeira e politicamente os interlocutores do Presidente e mesmo as igrejas como contrapartida ao atendimento das demandas dos prefeitos apresentadas pelos pastores, o que constitui crime com diversas tipificações, além de comprometer a eficiência, eficácia e efetividade das políticas de educação.

Os dois pastores protagonistas das ações ilegais, em que pese não ocuparem qualquer cargo público tinham livre acesso ao Ministério e ao próprio Ministro e mesmo à Presidência da República, estando presentes em eventos com prefeitos, bem como mediando reuniões dos referidos prefeitos com o Ministro, ainda que sem agenda formalizada, o que assegurava aos mesmos a credibilidade para promover a mediação e perceber os valores cobrados.

Além de serem elogiados pelo Ministro de forma pública em solenidades, segundo as reportagens, e terem livre acesso ao Ministério, ainda viajavam nos aviões da Força Aérea Brasileira.

A abordagem era feita de formas diversas se destacando o gabinete montado no Hotel Gran Bittar em Brasília, onde os prefeitos eram recebidos pelos pastores e apresentavam a proposta de intermediação.

O esquema funcionava tão livremente que, segundo as reportagens, os pastores se reuniam com diversos prefeitos e falavam livre e abertamente em relação à liberação das verbas para os municípios tendo como contrapartida o pagamento inicial do valor de R\$ 15 mil que deveriam ser depositados em conta corrente a ser indicada.



* C D 2 2 6 9 3 3 0 1 7 1 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conforme revela o prefeito Gilberto Braga do município de Luiz Domingues do estado do Maranhão, em reportagem publicada pela Folha de São Paulo em 23 de março de 2022, com o título "Pastor pediu ouro em troca de verba do Ministério da Educação, diz prefeito", os pastores teriam prometido as transferências de recursos federais às prefeituras em troca do pagamento de um quilo de ouro. Segundo o Prefeito, o pedido foi feito pelo pastor Arilton Moura no Restaurante Tia Zélia, em Brasília na presença de outros políticos. O pedido de pagamento em ouro teria sido feito na presença de várias pessoas e foi confirmada por dois assessores municipais presentes no referido almoço.

Já a reportagem do jornal O Estado de São Paulo de 22 de março do corrente ano, com o título "Pastor pediu 1 kg de ouro para liberar dinheiro no MEC, diz prefeito", o prefeito Gilberto Braga afirma que o pastor Arilton Moura solicitou o valor de R\$ 15 mil antecipados para protocolar demandas da prefeitura, além de um quilo de ouro após a liberação dos recursos, conforme se pode constatar: "Ele disse que tinha que ver a nossa demanda, de R\$ 10 milhões ou mais, tinha que dar R\$ 15 mil para ele só protocolar (a demanda no MEC). E, na hora que o dinheiro já estivesse empenhado, era para dar um tanto, X. Para mim, como a minha região era área de mineração, ele pediu 1 quilo de ouro"

As matérias publicadas revelam com riqueza de detalhes toda a movimentação dos pastores e das autoridades públicas inclusive municípios cujos prefeitos se reuniram com os pastores e tiveram suas demandas atendidas.

A título de exemplo, a matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo de 21 de março de 2022, com o título "Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro", informa que "Prefeitos presentes nesses encontros conseguiram liberação para novas obras. O município de Anajatuba (MA), de 27 mil habitantes, por exemplo, teve seis obras empenhadas —a prefeitura nem sequer comprou os terrenos". O que comprova a falta de critério técnico, evidenciando o esquema criminoso.

Tais fatos por si só já seriam suficientes para caracterizar crime de responsabilidade do Presidente da República pelo seu envolvimento direto no esquema, no mínimo em dar o comando diretivo ao Ministro da Educação para que o mesmo operacionalizasse as demandas dos pastores, agravado pela presença constante dos mesmos em eventos oficiais no Palácio do Planalto, confirmando a influência dos mesmos no centro de governo, promovendo os pastores a interlocutores informais.



* C D 2 2 6 9 3 3 0 1 7 1 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não fosse suficiente todos os infortúnios por que tem passado a população brasileira em decorrência da política errática do Governo Federal em relação ao combate à pandemia de COVID e mesmo a evidência de crimes de corrupção na aquisição de vacinas, agora o surgimento de um esquema criminoso contra a educação e o orçamento público a caracterizar a organização criminosa que se espalha por todo o aparelho do estado, comprometendo, no caso, as políticas de educação.

Desta forma, é imprescindível que esta Casa Legislativa instale imediatamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os fatos narrados e interromper este saque aos cofres públicos, tendo como beneficiários pastores lobistas e organizações religiosas evangélicas em benefício direto ao Presidente da República, motivo pelos quais conto com o apoio dos senhores Deputados.

Brasília, 23 de março de 2022

Rogério Correia

Dep. Federal – PT/MG

